

Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Pedro Dias de Oliveira Netto
(ORGANIZADORES)

Direito

Administrativo

Multifacetado

REFLEXÕES SOBRE O HOJE E O AMANHÃ

AUTORES

Aline Monteiro de Aguiar	Gisele de Araújo Costa
Ana Heloísa Alencar Dantas	Jamille Raysa de Melo Santos
Bárbara Michele Negreiros Ramos	Juliana Evangelista Cavalcanti
Benjamin Cavalcanti de Farias Filho	Lays Rodrigues Cavalcanti de Lima
Catarinne Cristinne Torres de Oliveira	Manoella Varejão de Andrade
Cláudia Guerra Oliveira da Costa	Marcos Antônio Rios da Nóbrega
Cristiane da Silva Barbosa	Nadson Trindade Ramos
Débora Barbosa da Costa Pereira	Nestor Moreira Reis Bisneto
Diego Franco de Araújo Jurubeba	Paula Virgínia da Rocha Moreira
Enilson Medeiros dos Santos	Pedro Dias de Oliveira Netto
Eriverton Felipe de Souza	Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega
Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti	Valdeilma Yane de Oliveira Mateus

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Pedro Dias de Oliveira Netto

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D598d

Direito administrativo multifacetado : reflexões sobre o hoje e o amanhã / organizadores : Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, Pedro Dias de Oliveira Netto. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.
424 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5510-559-9

1. Direito administrativo. 2. Administração pública. 3. Parceria Público-Privada (PPP). 4. Improbidade administrativa. 5. Agência reguladora. 6. Licitações. 7. Procedimento administrativo. 8. Precatório. I. Cavalcanti, Francisco de Queiroz Bezerra. II. Netto, Pedro Dias de Oliveira. III. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1193630

Sumário

Assimetrias de Informação na Nova Lei de Licitação e o Problema da Seleção Adversa 1

Marcos Antônio Rios da Nóbrega

Diego Franco de Araújo Jurubeba

1. Introdução	1
2. Que nova lei poderemos ter?.....	3
3. A licitação como mecanismo de revelação de informações	5
4. A economia da informação.....	7
4.1 Akerlof e o problema dos limões	7
4.2 Um exemplo do mercado dos “limões”	10
4.3 A nova lei de licitação e a tentativa de menores as assimetrias de informação	18
5. Considerações finais	24
6. Referências.....	25

A Utilização da Criptocontratação na e pela Administração Pública: São os Smart Contracts um Novo Caminho para a Contratação Pública no Brasil? 27

Eriverton Felipe de Souza

1. Introdução	27
2. O processo de contratação pública no Brasil: breves considerações.....	29
2.1 Regime jurídico dos contratos administrativos	31
2.1.1 O conceito de contrato administrativo	31
2.1.2 As características dos contratos administrativos	32
2.1.3 A formação e formalização dos contratos administrativos	34
3. O que são as novas tecnologias disruptivas?	37

3.1 O que é Blockchain?	38
3.1.1 Quais são as características da Blockchain?	40
3.2 O que são Smart Contracts (contratos inteligentes)?.....	42
3.2.1 Vantagens e desvantagens dos Contratos Inteligentes.....	45
4. Criptocontratação: conceito, características e considerações;.....	47
5. É possível aplicar a Criptocontratação ao processo de contratação pública?	50
6. Considerações finais	56
7. Referências	58
Assimetrias entre Estado Regulador e Mercado Tecnológico.....	63
<i>Nestor Moreira Reis Bisneto</i>	
1. Introdução	63
2. O Estado regulador	64
2.1 Estado regulador e tecnologias disruptivas.....	66
2.2 A inovação demanda inovação.....	70
2.3 Estado regulador e inovação no Brasil	74
3. Considerações finais	75
4. Referências.....	76
O Impacto do Surgimento das Novas Tecnologias Disruptivas nos Contratos de PPP em Infraestrutura	79
<i>Valdeilma Yane de Oliveira Mateus</i>	
1. Introdução	79
2. Contratos administrativos de infraestrutura pública.....	81
2.1 Contratos de parceria público-privada (PPP) em infraestrutura	82
3. O surgimento das novas tecnologias disruptivas.....	84
3.1 As afetações das novas tecnologias na infraestrutura pública	84
3.2 Casos práticos	87

4. Considerações finais	88
5. Referências.....	89

A Apropriação do Conceito de Risco dos Contratos de Parcerias pelos Contratos de Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros 91

Cláudia Guerra Oliveira da Costa

Enilson Medeiros dos Santos

1. Introdução	91
2. Risco em contratos de concessão de serviços públicos.....	93
2.1 Os riscos inerentes à prestação de serviços públicos	94
3. Distribuição dos riscos nas concessões de serviços públicos	97
4. Gestão de riscos com uso da matriz de riscos da Lei das PPPs	99
5. Gestão de concessões apropriando o conceito de risco da Lei das PPPs ...	101
6. Considerações finais	102
7. Referências	102

O Reequilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos de Concessões e PPP 105

Manoella Varejão de Andrade

1. Introdução	105
2. Noções de equilíbrio econômico-financeiro	106
2.1 Delegação de serviços públicos.....	108
2.2 Contratos administrativos: prerrogativas da Administração e garantias contratuais.....	112
2.3 Revisão, reajuste e repactuação	113
2.4 Repartição de riscos	116
2.5 Teoria da imprevisão, fato do príncipe e fato da administração.....	119
2.6 O estudo das áleas e a matriz de riscos	121
3. Considerações finais	123
4. Referências.....	124

**A Regulação da Saúde no Brasil: o Controle Externo
do Tribunal de Contas da União nas Unidades do SUS
Geridas por Instituições Privadas 129**

Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

- 1. Introdução 129
- 2. Regulação 130
- 3. A regulação da saúde 134
- 4. Os reguladores e a natureza do controle 137
 - 4.1 O SUS e a política nacional de regulação 137
 - 4.2 O controle externo do Tribunal de Contas da União 140
- 5. Considerações finais 145
- 6. Referências 147

**Agências Reguladoras e o Controle Judicial Exercido frente a Práticas
Omissivas no Contexto Contemporâneo da Pandemia da Covid-19.....151**

Ana Heloísa Alencar Dantas

- 1. Considerações iniciais 151
- 2. Organização administrativa 152
 - 2.1 Características das agências reguladoras 154
- 3. Sistemas de controle administrativo 158
- 4. Controle da Administração Pública em relação ao órgão controlador 161
- 5. O controle judicial exercido em face das omissões
das agências reguladoras à luz de casos concretos 163
 - 5.1 Caso concreto 1 164
 - 5.2 Caso concreto 2 168
- 6. Considerações finais 172
- 7. Referências 173

O Desenvolvimento Econômico-Social e o Princípio da Legalidade e Eficiência no Âmbito das Contratações Públicas na Luta Contra a Pandemia da Covid-19..... 177

Catarinne Cristinne Torres de Oliveira

1. Introdução 177
2. Desenvolvimento econômico-social e a execução do Estado como agente desenvolvimentista..... 178
3. Noções gerais sobre licitação 182
4. Dicotomia entre o princípio da legalidade e eficiência 186
5. Contratações públicas na luta contra a pandemia da COVID-19 190
6. Considerações finais 195
7. Referências 196

O Controle dos Atos da Administração Pública em Tempos de Pandemia Diante da Supremacia do Direito à Vida..... 199

Bárbara Michele Negreiros Ramos

1. Introdução 199
2. Pandemia causada pela COVID-19 199
3. Controle da Administração Pública em tempos de pandemia 201
4. Considerações finais 205
5. Referências..... 206

A Decretação de Calamidade Pública Prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal 209

Lays Rodrigues Cavalcanti de Lima

1. Introdução 209
2. Calamidade pública: conceito e aspectos jurídicos 210
 - 2.1 Calamidade pública na Constituição Federal de 1988 211

3. O decreto de calamidade pública na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	213
4. Impactos da COVID-19 na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	215
5. Considerações finais	217
6. Referências.....	218

O Direito à Saúde no Sistema Axiológico Fundamental do Ordenamento Jurídico Brasileiro: a Problematização da Regulamentação e Utilização de Testes Sorológicos para Infecção pelo Novo Coronavírus (Covid – 19) ..219

Gisele de Araújo Costa

1. Introdução	219
2. Desenvolvimento.....	221
3. Considerações finais	226
4. Referências.....	227

A Legislação Anticorrupção e o Papel Elementar do Compliance nas Empresas231

Jamille Raysa de Melo Santos

1. Introdução	231
2. Compliance: conceito e origem	232
3. Aspectos gerais da legislação anticorrupção no Brasil	234
3.1 Normas federais e estaduais	234
3.2 Pressupostos para a efetividade do programa de Compliance.....	239
4. O papel do Compliance nas empresas.....	242
5. Considerações finais	245
6. Referências.....	245

A Indisponibilidade de Bens como Medida Cautelar nas Ações por Improbidade Administrativa 249

Aline Monteiro de Aguiar

- 1. Introdução 249
- 2. Desenvolvimento..... 250
- 3. Considerações finais 255
- 4. Referências..... 256

Novo Decreto do Pregão Eletrônico: Decreto nº 10.024/2019 257

Cristiane da Silva Barbosa..... 257

- 1. Introdução 257
 - 1.1 Da obrigatoriedade do pregão na forma eletrônica 258
 - 1.2 Formas de realização do pregão eletrônico..... 260
- 2. Adoção para bens e serviços comuns, inclusive de engenharia..... 260
 - 2.1 Designação e atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio 262
 - 2.2 Decreto nº 10.024/19 e suas características e inovações..... 262
- 3. Considerações finais 268
- 4. Referências..... 268

Poder Discricionário: os Conceitos Jurídicos Indeterminados e o Controle Jurisdicional da Discricionariedade Técnica 271

Juliana Evangelista Cavalcanti

- 1. Introdução 271
- 2. Poder discricionário..... 272
- 3. Discricionariedade administrativa e discricionariedade técnica 274
- 4. Teoria dos conceitos jurídicos indeterminados 275
- 5. Controle jurisdicional da discricionariedade técnica e da delimitação dos conceitos jurídicos indeterminados 277
- 6. Conclusão 282
- 7. Referências 284

A (Im)Prescritibilidade das Ações de Ressarcimento ao Erário Fundadas em Ato Doloso de Improbidade Administrativa: uma Análise do Julgado do RE 852.475/SP 289

Nadson Trindade Ramos

1. Introdução	289
2. A improbidade administrativa e suas sanções.....	290
3. A divergência dos ministros do Supremo Tribunal Federal e a decisão da Corte	293
4. Considerações finais	304
5. Referências.....	306

O Termo de Ajuste de Gestão como Modelo Contratualizado de Controle no Tribunal de Contas de Pernambuco..... 309

Paula Virgínia da Rocha Moreira..... 309

1. Introdução	309
2. Controle da Administração Pública e atuação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	310
2.1 Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e os seus processos de controle.....	312
3. Semelhanças e diferenças entre a legislação processual civil e criminal e os processos de controle	315
3.1 Termo de Ajustamento de Conduta	316
4. Termo de Ajuste de Gestão	318
4.1 O Termo de Ajuste de Gestão no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	320
5. Considerações finais	322
6. Referências.....	324

**Nulidade de Ato Administrativo por Agência Reguladora:
o Caso da Inconstitucionalidade da Lei Nº 13.703/2018 que
Instituiu a “Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte
Rodoviário de Cargas” e a Consequente Nulidade do Ato da
ANTT dela Decorrente que Resultou na Resolução 5.820/2018 327**

Débora Barbosa da Costa Pereira

1. Agências reguladoras em seu contexto concepcional 327
2. Aspectos essenciais às agências reguladoras 330
3. Breve noção de ato administrativo 332
4. Atos administrativos passíveis de nulidade..... 333
5. A inconstitucionalidade da lei nº 13.703/2018..... 335
6. A afronta infraconstitucional da resolução nº 5.820/2018 da ANTT340
7. Referências..... 343

**A Responsabilidade Civil do Estado por Ato
de Policial Militar de Folga ou de Férias 345**

Benjamin Cavalcanti de Farias Filho

1. Introdução 345
2. Desenvolvimento..... 348
 - 2.1 A responsabilidade civil do Estado 348
 - 2.2 A Polícia Militar 352
 - 2.3 Danos cometidos por Policial Militar de folga ou de férias..... 355
 - 2.3.1 Quando o Policial Militar se identifica como policial,
age em virtude da condição inerente ao cargo ou se
aproveita do cargo para causar o dano 356
 - 2.3.2 Quando o Policial Militar usa a arma da corporação..... 357
 - 2.3.3 Quando o Policial Militar usa a farda da polícia,
desde que se aproveite desta aparência para
praticar o ato lesivo a particular 358
3. Considerações finais 359
4. Referências..... 361

**Execução Contra a Fazenda Pública: os Precatórios Judiciais,
algumas Peculiaridades Relevantes..... 363**

Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

1. Da natureza jurídica do Precatório como título público abstrato..... 363
2. Desvinculação da origem da dívida 371
3. Dedução de honorários advocatícios (possibilidade) 375
4. Considerações finais 380
5. Referências..... 383

**Procedimentos Democráticos de Participação Social
na Tomada de Decisões da Administração Pública 385**

Pedro Dias de Oliveira Netto 385

1. Introdução 385
2. Aspectos essenciais à noção de procedimento..... 386
3. Procedimento administrativo e participação social..... 392
4. O Direito Alemão sob a perspectiva do
procedimento administrativo participativo..... 398
5. Considerações finais 403
6. Referências..... 405